



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC 00744/14

ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – PENSÃO – ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE – REGULARIDADE DO CÁLCULO DE PECÚLIO – LEGALIDADE DO ATO CONCESSIVO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 3.827 / 2015

1. DADOS SOBRE A PENSÃO:

1.1. BENEFICIÁRIO E NATUREZA DO BENEFÍCIO:

FERNANDA LÚCIA DE SOUSA LEITE MORAIS	VITALÍCIA
--------------------------------------	-----------

1.2. SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

- 1.2.1. Nome: **JOSÉ NICOLAU DE MORAIS**
- 1.2.2. Matrícula: **129.763-5**
- 1.2.3. Cargo/Função: **Professor de Educação Básica**
- 1.2.4. Lotação: **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

1.3. ATO CONCESSIVO:

- 1.3.1. Data: **07/05/2012**
- 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Diário Oficial do Estado de 11/05/2012**
- 1.3.3. Autoridade Emitente: **Ex-Presidente da PBPREV, Senhor Hélio Carneiro Fernandes**

2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: após análise de defesa (fls. 54/57)¹, pela regularidade do cálculo do pecúlio e legalidade do ato concessivo da pensão vitalícia (fls. 20), merecendo o competente registro.

3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: Oral, na Sessão, pela legalidade das pensões e concessão dos registros.

ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em RECONHECER a legalidade do ato -- expedido por autoridade competente, em favor do beneficiário apto ao benefício -- e do correspondente cálculo de pecúlio, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se - Sala das sessões da 1ª Câmara do TCE-PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 24 de setembro de 2015.

jtosm

¹ A Auditoria havia concluído pela notificação da autoridade responsável para que tomasse as medidas cabíveis no tocante ao restabelecimento da legalidade, dando ciência à dependente, Sr^ª Fernanda Lúcia de Sousa Leite Moraes, quanto à escolha de um benefício em detrimento do outro, enviando documento comprobatório da opção efetuada pela pensionista (fls. 44/46).

Em 24 de Setembro de 2015



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE



Cons. Subst. Marcos Antonio da Costa
RELATOR



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO